



Concurso Público para provimento de cargos de
Juiz Substituto

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-004

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

Primeira etapa
PROVA OBJETIVA SELETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida ao candidato a consulta a qualquer tipo de legislação, súmulas e jurisprudência dos Tribunais, anotações ou a quaisquer outros materiais.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

BLOCO I

Direito Civil

1. Se adotado o seguinte critério distintivo proposto por Agnelo Amorim Filho: 1^o) *Estão sujeitas a prescrição: todas as ações condenatórias e somente elas (arts. 177 e 178 do Código Civil); 2^o) Estão sujeitas a decadência (indiretamente), isto é, em virtude da decadência do direito a que correspondem): as ações constitutivas que têm prazo especial de exercício fixado em lei; 3^o) São perpétuas (imprescritíveis): a) as ações constitutivas que não tem prazo especial de exercício fixado em lei; e b) todas as ações declaratórias. – (Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis – RT 300/7),*

- I. a ação de investigação de paternidade é imprescritível, a ação de anulação de casamento por erro essencial quanto à pessoa do outro cônjuge sujeita-se a prazo decadencial e a ação de petição de herança sujeita-se a prescrição.
- II. a ação de anulação de negócio jurídico por erro substancial é imprescritível, a ação de despejo por falta de pagamento sujeita-se a decadência e a ação de indenização por ato ilícito sujeita-se a prescrição.
- III. a ação de nulidade de negócio jurídico por incapacidade absoluta do agente é imprescritível, a ação renovatória de contrato de locação comercial sujeita-se a decadência e a ação de indenização por dano moral sujeita-se a prescrição.
- IV. a ação de anulação de negócio jurídico por incapacidade relativa do agente é imprescritível, a ação de rescisão de contrato por inadimplemento de uma das partes sujeita-se a decadência e a ação de cobrança de indenização de seguro de vida sujeita-se a prescrição.
- V. a ação para reconhecimento de invalidade de contrato que tenha por objetivo herança de pessoa viva é imprescritível, a ação de anulação de venda de ascendente para descendente sem a anuência dos demais descendentes sujeita-se a prazo decadencial e a ação de revogação de doação por ingratidão do donatário sujeita-se a prescrição.

Segundo o critério distintivo proposto por Agnelo Amorim, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e V.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e V.

2. O negócio jurídico celebrado durante a *vacatio* de uma lei que o irá proibir é

- (A) anulável, porque assim se considera aquele em que se verifica a prática de fraude.
- (B) nulo, por faltar licitude ao seu objeto.
- (C) inexistente, porque assim se considera aquele que tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- (D) válido, porque a lei ainda não está em vigor.
- (E) ineficaz, porque a convenção dos particulares não pode derrogar a ordem pública.

3. Em Assembleia Geral Extraordinária do Condomínio Edifício Parque das Aves, e para a qual todos os condôminos foram convocados, por maioria absoluta de votos foi deliberada a cobrança de uma contribuição mais alta dos condôminos em cujas unidades haviam sido realizadas reformas que as valorizaram e cujos proprietários ocupam as duas vagas de garagem pertencentes a cada apartamento, enquanto a maioria dos moradores só ocupava uma delas. Essa deliberação é

- (A) inválida, porque, salvo disposição em contrário na convenção, a contribuição para as despesas do condomínio deve ser proporcional à fração ideal atribuída a cada unidade.
- (B) inválida, porque, em um condomínio, deve ser igual a contribuição dos condôminos, independentemente do valor da unidade autônoma.
- (C) válida, porque a decisão foi tomada em assembleia geral extraordinária, por maioria absoluta, atendendo à disposição legal que rege a matéria concernente à cobrança de despesas condominiais.
- (D) inválida, porque salvo disposição em contrário da convenção, a contribuição para as despesas do condomínio deve ser proporcional à área de cada unidade.
- (E) válida, porque as decisões tomadas em assembleia regularmente convocada sempre obrigam a todos os condôminos.

4. Segundo a legislação civil vigente,

- (A) a proteção dos direitos da personalidade é de aplicação irrestrita para as pessoas jurídicas.
- (B) aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.
- (C) apenas quanto à utilização do nome é que se aplica às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade.
- (D) para caracterização de dano moral à pessoa jurídica é imprescindível que também ocorra dano patrimonial.
- (E) às pessoas jurídicas não se concede indenização por dano moral.

5. Considere o seguinte texto de Miguel Maria de Serpa Lopes: *Da estrutura jurídica da EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS – Como a própria denominação o indica, a exceptio non ad. contractus constitui uma das modalidades das exceções substanciais. Pertence à classe das exceções dilatórias, segundo uns, embora outros a entendam pertinente à categoria das exceções peremptórias. Como quer que seja, convém assinalar, antes de tudo, que a ex. n. ad. contractus paralisa a ação do autor ante a alegação do réu de não ter recebido a contraprestação que lhe é devida, estando o cumprimento de sua obrigação, a seu turno, dependente do adimplemento da prestação do demandante (in Exceções Substanciais: Exceção de contrato não cumprido (Exceptio non adimpleti contractus) – p. 135 – Livraria Freitas Bastos S/A, 1959).*

Por isso, o autor pode concluir que ela só encontra e só pode encontrar clima propício,

- (A) em qualquer modalidade de contrato consensual.
- (B) onde não existir uma vinculação bilateral.
- (C) onde houver uma vinculação sinalagmática.
- (D) nos contratos unilaterais.
- (E) nos contratos reais.



6. Sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos,
- (A) todas devem concorrer igualmente, e sendo intentada ação contra uma delas, poderão ser chamadas as demais a integrar a lide.
- (B) todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos e deverão ser demandadas em litisconsórcio passivo necessário.
- (C) nenhuma delas poderá ser demandada, enquanto o juiz não deliberar quem deverá prestá-los.
- (D) todas são devedoras solidárias, podendo o credor de alimentos demandar qualquer delas para haver o de que necessita para sua sobrevivência.
- (E) todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra uma delas, poderão as demais ser chamadas a integrar a lide.
-
7. Declarada a insolvência do devedor, a discussão entre os credores
- (A) somente versará sobre a preferência na aquisição dos bens do devedor, para satisfação dos respectivos créditos.
- (B) é vedada, porque os títulos de preferência devem ter prova pré-constituída, sob pena de o credor ser considerado quirografário.
- (C) só pode versar sobre a preferência entre eles disputada, dependendo outras alegações, como fraude, nulidade ou falsidade de dívidas e contratos de ação própria.
- (D) pode versar quer sobre a preferência entre eles disputada, quer sobre a nulidade, simulação, fraude, ou falsidade das dívidas e contratos.
- (E) será limitada à existência das dívidas, porque, de ofício, o juiz deliberará sobre as preferências e privilégios.
-
8. Na habilitação para o casamento, se houver oposição de impedimento, o oficial
- (A) indeferirá o pedido de habilitação e remeterá o oponente e os nubentes às vias ordinárias em juízo, para decisão do magistrado.
- (B) encaminhará a oposição ao juiz, sem efeito suspensivo do procedimento, que, depois de regular instrução e manifestação do Ministério Público, decidirá até a data do casamento.
- (C) encaminhará os autos, imediatamente, ao juiz, que intimará o oponente e os nubentes a indicarem provas, que serão produzidas e, ouvido o Ministério Público, decidirá.
- (D) dará ciência do fato aos nubentes para que indiquem provas que desejam produzir, colhendo-as e em seguida remeterá os autos ao juiz que, ouvido o Ministério Público, decidirá.
- (E) dará ciência do fato aos nubentes, para que indiquem provas que desejam produzir e remeterá os autos ao juiz que decidirá depois da produção das provas pelo oponente e pelos nubentes, com a participação do Ministério Público.
-
9. Antônio, que possui três filhos, foi condenado criminalmente pelo Tribunal do Júri, por tentativa de homicídio contra seu pai, Serafim, que possui outro filho. Nesse caso, Antônio
- (A) não poderá ser admitido a suceder nos bens deixados por morte de Serafim, ainda que este o tenha expressamente reabilitado em testamento, porque a sentença criminal o impede de suceder.
- (B) será excluído da sucessão de Serafim, independentemente de demanda de exclusão, porque a condenação criminal a suprê, e os bens que lhe caberiam serão distribuídos, em partes iguais, entre os filhos e o irmão de Antônio.
- (C) será excluído da sucessão de Serafim, desde que procedente demanda de exclusão, e os bens que lhe caberiam serão destinados aos filhos do excluído, como se ele morto fosse antes da abertura da sucessão.
- (D) poderá ser deserdado, mas não excluído da sucessão de Serafim, porque o crime se deu na modalidade tentada.
- (E) será excluído da sucessão de Serafim, desde que procedente demanda de exclusão, e os bens que lhe caberiam serão destinados ao irmão de Antônio.
-
10. O pai e a mãe, enquanto no exercício do poder familiar,
- (A) são usufrutuários dos bens dos filhos e têm a administração dos bens dos filhos menores sob sua autoridade.
- (B) não terão o usufruto nem a administração dos bens dos filhos menores, salvo por decisão judicial, que dispensar a nomeação de um curador.
- (C) só serão usufrutuários dos bens imóveis dos filhos depois do registro do usufruto no Serviço de Registro de Imóveis, e, para administrar esses bens, deverão prestar caução idônea, exceto se o juiz a dispensar.
- (D) têm a administração dos bens dos filhos menores sob sua autoridade, mas não são usufrutuários desses bens, porque as respectivas rendas devem ser depositadas para entrega aos filhos quando se tornarem capazes.
- (E) são usufrutuários dos bens dos filhos, mas não têm a administração dos bens destes, porque devem ser entregues à administração de um curador.
-
11. João, que possui dois filhos – José e Joaquim – em 2010, doou a José, com dispensa de colação, alguns imóveis que totalizaram R\$ 2.000.000,00 e que representavam 25% de seu patrimônio, avaliado em R\$ 8.000.000,00. Por testamento, lavrado em 2012, João deixa parte de seus bens, distribuídos em legados, também a José e sem prejuízo de sua legítima. Aberta a sucessão de João, em 2014, verificou-se que os bens deixados a José, no testamento, equivalem a R\$ 3.000.000,00, e o patrimônio do testador se reduzira a R\$ 6.000.000,00. Segundo o que dispõe o Código Civil,
- (A) o testamento de João é nulo, porque não respeitou a legítima dos filhos.
- (B) tanto as doações como os legados são válidos, porque respeitaram a legítima dos filhos que deverá, respectivamente, ser calculada no momento da doação e no momento da abertura da sucessão.
- (C) José terá de optar entre receber os legados ou permanecer com os bens doados, salvo se os trouxer à colação, porque não se admite que o ascendente beneficie um mesmo descendente com doações e legados, que ultrapassem o disponível calculado na data da abertura da sucessão.
- (D) a cláusula que dispensou o donatário da colação tornou-se ineficaz, porque somados os legados e as doações, João desrespeitou a legítima de Joaquim.
- (E) haverá necessariamente redução das disposições testamentárias para que a legítima de Joaquim seja respeitada, levando-se em conta as doações e os legados.



12. Sociedade Agrícola Laranjal, ao levantar cercas em imóvel de sua propriedade, em cuja posse se encontra, constatou que parte da área havia sido invadida por seu vizinho Agrário, que supunha pertencer-lhe, porque as cercas, anteriormente existentes, haviam sido destruídas em razão de intempéries e má conservação. Por isso, aquela pessoa jurídica moveu ação de reintegração de posse, todavia, sem obter liminar. Mesmo depois de citado, em 15/6/2014, Agrário continuou exercendo atos possessórios e, no dia 20/6/2014, colheu as laranjas que estavam maduras, bem como recebeu, pelo arrendamento da outra parte da área, na ordem de R\$ 1.000,00 por mês, com vencimento no dia 30 de cada mês vencido, até 30 de setembro de 2014, porque, tendo a autora obtido liminar por força de agravo de instrumento, foi ela reintegrada na posse em 01/10/2014. Nesse caso, Agrário deverá indenizar Sociedade Agrícola Laranjal
- (A) somente do que recebeu a título de arrendamento, após a decisão que deferiu a liminar de reintegração de posse.
- (B) somente das laranjas que colheu após a citação, se não puder entregá-las em espécie, mas não dos valores recebidos a título de arrendamento, os quais terão de ser cobrados do arrendatário, que pagou a quem não era proprietário do imóvel.
- (C) das laranjas que colheu após a citação, bem como do que recebeu a título de arrendamento, ainda que referente a período anterior à citação.
- (D) de tudo o que recebeu a título de arrendamento e do que colheu, desde a data em que ingressou indevidamente na área vizinha.
- (E) de quinze dias do valor do arrendamento, no mês de junho e da integralidade dos meses subsequentes, bem como do valor correspondente às laranjas colhidas em 15/06/2014, se não puder entregá-las em espécie.
13. Em locação não residencial de imóvel urbano, na qual o locador procede à prévia aquisição, construção ou substancial reforma, por si mesmo ou por terceiros, do imóvel então especificado pelo pretendente à locação, a fim de que seja a este locado por prazo determinado,
- (A) poderá ser convencionada a renúncia ao direito de revisão do valor dos aluguéis durante o prazo de vigência do contrato de locação e em caso de denúncia antecipada do vínculo locatício pelo locatário, compromete-se este a cumprir a multa convencionada, que não excederá, porém, a soma dos valores dos aluguéis a receber até o termo final da locação.
- (B) prevalecerão as condições livremente pactuadas no contrato, não incidindo qualquer disposição restritiva prevista na legislação que rege a locação predial urbana, nem se admite a rescisão unilateral pelo locatário, ou a retomada pelo locador, antes de findo o prazo contratual, salvo por falta de pagamento de aluguel e encargos da locação.
- (C) prevalecerão as condições livremente pactuadas no contrato que, entretanto, não poderá ser firmado por prazo inferior a dez anos e, salvo disposição expressa em sentido contrário, não admitirá ação revisional de aluguel, nem ação renovatória do contrato.
- (D) não poderá ser convencionada a renúncia ao direito de revisão do valor dos aluguéis durante o prazo de vigência do contrato de locação, mas o locatário poderá devolver o imóvel locado, pagando a multa pactuada, proporcional ao período de cumprimento do contrato, ou, na sua falta, a que for judicialmente estipulada.
- (E) prevalecerão as condições livremente pactuadas no contrato respectivo, e não se admite a rescisão do contrato antes do prazo contratual, exceto por falta de pagamento de aluguel e encargos da locação, nem a ação renovatória desse contrato ou a ação revisional de aluguel.
14. A costureira Antonieta confeccionou cinquenta vestidos para Fábrica de Roupas Última Moda, durante o ano de 2014, sem vínculo empregatício e em intervalos irregulares de tempo. As partes acordaram a respeito do preço e do prazo de entrega, mas não acerca do prazo de pagamento. Em 30/12/2014, Antonieta foi avisada de que não mais seriam necessários os seus serviços, porém não recebeu seu crédito que atinge R\$ 1.000,00. Considerando o disposto no artigo 134 do Código Civil, segundo o qual *os negócios jurídicos entre vivos, sem prazo, são exequíveis desde logo, salvo se a execução tiver de ser feita em lugar diverso ou depender de tempo, e que todo o serviço contratado já havia sido prestado*, Antonieta
- (A) não poderá cobrar o seu crédito, porque o contrato sem prazo é ineficaz, embora válido, devendo as partes previamente celebrar um aditamento a respeito da data de pagamento.
- (B) terá, necessariamente, de pedir o arbitramento judicial de seu crédito, porque, embora o contrato seja válido, depende de ratificação judicial, para se tornar eficaz.
- (C) deverá interpelar judicial ou extrajudicialmente a devedora, antes de ajuizar ação de cobrança.
- (D) deverá interpelar judicialmente a devedora antes de ajuizar ação de cobrança, porque assim ocorrerá citação, que é o único meio de constituir em mora o devedor.
- (E) poderá cobrar imediatamente seu crédito em Juízo, independentemente de qualquer interpelação ou notificação.
15. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa,
- (A) sempre que o juiz, verificando a hipossuficiência da vítima, inverter o ônus da prova.
- (B) apenas quando o dano for ocasionado por agente público ou preposto de empresa concessionária de serviço público, no exercício de seu trabalho.
- (C) quando a lei não estabelecer que a hipótese se regula pela responsabilidade civil subjetiva.
- (D) quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- (E) somente nos casos especificados em lei.
- Direito Processual Civil**
16. Em relação à norma processual civil e a suas fontes formais, considere os enunciados seguintes:
- I. Como o processo civil integra o direito público, suas normas são sempre cogentes, inexistindo normas dispositivas processuais.
- II. Tendo em vista a lei federal como fonte formal primária do processo civil, é correto dizer que compete à União legislar sobre o direito processual civil, tendo porém os Estados competência concorrente à União para legislar sobre normas procedimentais em matéria processual.
- III. As fontes formais acessórias do direito processual civil são as mesmas das normas em geral, quais sejam, analogia, costumes e princípios gerais do direito; servem para suprir as lacunas do ordenamento jurídico, integrando-o.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I e II, apenas.



17. Quanto ao tempo e lugar dos atos processuais, é INCORRETO afirmar que:
- (A) são excepcionais os atos processuais praticados nos feriados forenses.
 - (B) a citação e a penhora poderão, em casos excepcionais, e mediante autorização expressa do juiz, realizar-se em domingos e feriados, ou nos dias úteis, fora do horário legalmente estabelecido, observado o disposto na Constituição Federal, a respeito da inviolabilidade da casa do indivíduo.
 - (C) podem ser concluídos após o horário legal os atos processuais, se houver perigo de grave dano ou prejuízo à diligência com o adiamento.
 - (D) como regra geral, os atos processuais realizam-se na sede do juízo.
 - (E) não se praticarão quaisquer atos processuais durante os recessos forenses, bem como aos sábados.
18. Em relação aos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa, é correto afirmar:
- (A) na pendência do processo possessório, é defeso, assim ao autor como ao réu, intentar a ação de reconhecimento de domínio.
 - (B) pela ação de usucapião, objetiva o possuidor a constituição, por sentença, do domínio do imóvel ou da servidão predial.
 - (C) na ação de consignação em pagamento, se o réu não contestar o pedido e tomar-se revel, o juiz declarará extinta a obrigação, isentando o réu de custas e honorários advocatícios.
 - (D) na nunciação de obra nova, dada a gravidade da decisão, o embargo só poderá ser concedido após justificação prévia.
 - (E) na ação de prestação de contas, se houver saldo credor declarado na sentença, este deverá ser cobrado por meio de processo de conhecimento autônomo.
19. No tocante à competência, é correto afirmar:
- (A) A conexão deve ser necessariamente alegada pelo réu em contestação, sob pena de preclusão.
 - (B) A competência em razão da hierarquia e do território é absoluta.
 - (C) A competência relativa não se pode modificar pela conexão ou continência.
 - (D) Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que despachou em primeiro lugar.
 - (E) A conexão de causas é matéria dispositiva, estando vinculada ao princípio do impulso oficial.
20. Quanto à atividade processual do juiz, é correto afirmar que
- (A) o princípio da identidade física do juiz é próprio do processo penal, não do processo civil.
 - (B) o poder instrutório do juiz pode ser realizado de ofício, decidindo o processo com base nos princípios do livre convencimento e da persuasão racional.
 - (C) deve ele decidir por meio de critérios de conveniência e oportunidade, como regra geral.
 - (D) é defeso a ele impedir que as partes se sirvam do processo para praticar ato simulado.
 - (E) o juiz apreciará a prova de acordo com o sistema hierarquizado previsto na lei processual civil.
21. De acordo com súmula do STJ sobre matéria processual:
- (A) a vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis constitui bem de família para efeito de penhora.
 - (B) o Ministério Público tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização do seguro obrigatório decorrente de acidente de veículo (DPVAT) em benefício do segurado.
 - (C) os honorários sucumbenciais, quando omitidos em decisão transitada em julgado, podem ser cobrados em execução ou ação própria.
 - (D) é ilegítima a penhora da sede do estabelecimento comercial.
 - (E) a citação postal, quando autorizada por lei, exige o aviso de recebimento.
22. Ao ajuizar ação indenizatória moral contra Ana Helena, Ana Maria deixa de atribuir valor à causa na inicial. O juiz, nesse caso,
- (A) indeferirá de pronto a inicial, pois a questão diz respeito a pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo e é insanável.
 - (B) determinará a citação de Ana Helena, normalmente, pois o valor da causa não é defeito que justifique a emenda da inicial.
 - (C) por se tratar de questão de ordem pública, conferirá ele próprio valor à causa, concedendo para Ana Maria dez dias para pagamento das custas processuais correspondentes.
 - (D) determinará a emenda à inicial, o que é direito público subjetivo da parte, para regularizá-la em dez dias, sob pena de indeferimento.
 - (E) poderá determinar a emenda à inicial, o que é faculdade do juiz fazer ou não, para regularizá-la em dez dias, sob pena de indeferimento.
23. Em relação aos juizados especiais cíveis, é correto afirmar:
- (A) os maiores e capazes poderão ser autores, independentemente de assistência por advogado, salvo para fins de conciliação, quando a assistência advocatícia é obrigatória.
 - (B) dadas sua menor complexidade e competência específica, não existe intervenção do Ministério Público nas causas nele em curso.
 - (C) o mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.
 - (D) nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.
 - (E) admitir-se-á como forma de intervenção de terceiro somente a denunciação da lide, vedada a assistência litisconsorcial.
24. Tendo sido proferida uma decisão interlocutória, recorre-se por meio de agravo de instrumento e, notificada a interposição recursal, o juiz que proferiu a decisão a reconsidera. Esta conduta do juiz diz respeito ao efeito recursal
- (A) devolutivo.
 - (B) expansivo.
 - (C) regressivo.
 - (D) substitutivo.
 - (E) translativo.



25. Em relação à sentença, considere os enunciados seguintes:

- I. A sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária, cuja inscrição será ordenada pelo juiz na forma prescrita na Lei de Registros Públicos.
- II. Condenado o devedor a emitir declaração de vontade, a sentença, uma vez transitada em julgado, produzirá todos os efeitos da declaração não emitida.
- III. Se aquele que se comprometeu a concluir um contrato não cumprir a obrigação, a outra parte, sendo isso possível e não excluído pelo título, poderá obter uma sentença que produza o mesmo efeito do contrato a ser firmado.
- IV. Tratando-se de contrato que tenha por objeto a transferência da propriedade de coisa determinada, ou de outro direito, a ação não será acolhida se a parte que a intentou não cumprir a sua prestação, nem a oferecer, nos casos e formas legais, salvo se ainda não exigível.
- V. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, não poderá o juiz considerá-lo no momento de proferir a sentença, em respeito ao princípio da estabilização da lide.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, III e V, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) I, II, IV e V, apenas.
- (D) I, II, III e IV, apenas.
- (E) II, III e V, apenas.

26. Considere as seguintes assertivas.

- I. Prova de que o contrato a renovar tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado.
- II. Prova de que o locatário esteja explorando seu comércio, no mesmo ramo pelo prazo mínimo e ininterrupto de cinco anos.
- III. Prova da quitação dos impostos e taxas que incidiram sobre o imóvel e cujo pagamento incumbia ao locatário.
- IV. Prova de que o fiador do contrato ou o que o substituir na renovação aceita os encargos da fiança, autorizado por seu cônjuge, se o exigir o regime de bens do casamento.

São requisitos a serem preenchidos por ocasião do ajuizamento de ação renovatória, entre outros, os que se afirmam APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

27. A antecipação dos efeitos da tutela de mérito

- (A) deve ser necessariamente precedida de oitiva da parte contrária, para cumprimento do contraditório processual, gerando decisão interlocutória, passível de recurso por meio de agravo de instrumento.
- (B) gera decisão interlocutória, irrecurável até ratificação por sentença quando então poderá ser atacada por meio de apelação.
- (C) gera decisão interlocutória, passível de recurso por meio de agravo de instrumento ou retido nos autos, podendo ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.
- (D) por ser meritória sempre tem natureza de sentença, recorrível por meio de apelação e insuscetível de alteração pelo exaurimento da jurisdição pelo órgão prolator.
- (E) gera mero despacho, irrecurável, porém passível de alteração ou revogação fundamentada a qualquer tempo.

Direito do Consumidor

28. Após introduzir no mercado de consumo um determinado modelo de liquidificador, sua fabricante descobre que, funcionando na potência máxima por mais de cinco minutos, o aparelho pode vir a explodir. Nesse caso,

- (A) compete a todos os entes federados que tomarem conhecimento da periculosidade do produto informar os consumidores a respeito.
- (B) o fornecedor deverá imediatamente, no prazo máximo de 60 dias contados da ciência do fato, comunicar a periculosidade do produto às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários a serem veiculados na imprensa, rádio e televisão.
- (C) compete ao fornecedor comunicar o perigo às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários às expensas da União.
- (D) desde que o fornecedor alerte sobre o perigo na forma prevista na lei, ficará isento de responsabilidade perante consumidores por conta da explosão do aparelho, mas apenas em relação aos fatos ocorridos após a divulgação do alerta.
- (E) se o fornecedor conhecesse o perigo antes comercializar o liquidificador, ainda assim poderia introduzi-lo no mercado de consumo desde que prestasse aos consumidores, de forma ostensiva, as informações necessárias e adequadas a seu respeito, mediante impressos apropriados fornecidos juntamente com o produto.

29. Nos termos do Código de Defesa do Consumidor,

- (A) as pessoas jurídicas de direito público não podem ser consideradas fornecedoras.
- (B) somente entes personalizados (isto é, pessoas físicas ou jurídicas) podem ser considerados fornecedores.
- (C) a pessoa jurídica não pode ser considerada consumidora.
- (D) é considerada consumidora a pessoa que adquire o produto como destinatária final, mas não a que meramente o utiliza nessa condição.
- (E) equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

30. Para os fins do Código de Defesa do Consumidor,

- (A) as atividades de natureza bancária, financeira ou de crédito não são consideradas serviços.
- (B) consideram-se serviços as atividades de natureza securitária.
- (C) consideram-se produtos apenas os bens materiais.
- (D) bens imóveis não são considerados produtos.
- (E) consideram-se serviços quaisquer atividades fornecidas no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as decorrentes das relações de caráter trabalhista.



31. Considere as seguintes proposições acerca da responsabilidade do fornecedor por vício do produto ou do serviço:

- I. Sendo causado dano por componente ou peça incorporada ao produto ou serviço, respondem solidariamente perante o consumidor o seu fabricante, construtor ou importador, mas não aquele que apenas realizou a incorporação.
- II. No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto considerar-se-á implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, somente quanto a estes últimos, autorização em contrário do consumidor.
- III. A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.
- IV. A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, admitida a exoneração contratual do fornecedor.
- V. No caso de fornecimento de produtos *in natura*, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) IV e V.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e V.

32. Se o conteúdo líquido de determinado produto comercializado for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, o consumidor poderá exigir

- (A) cumulativamente, o abatimento proporcional do preço, a complementação do peso ou medida, a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem o aludido vício, ou ainda a restituição imediata da quantia paga, atualizada monetariamente, sem prejuízo de eventual indenização por perdas e danos.
- (B) alternativamente e à sua escolha, o abatimento proporcional do preço, a complementação do peso ou medida, a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem o aludido vício, ou ainda a restituição imediata da quantia paga, atualizada monetariamente, com prejuízo de eventual indenização por perdas e danos.
- (C) alternativamente e à sua escolha, somente o abatimento proporcional do preço, a restituição da quantia paga, monetariamente atualizada, ou ainda a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem o aludido vício.
- (D) cumulativamente, a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, e indenização por eventuais perdas e danos.
- (E) alternativamente e à sua escolha, somente o abatimento proporcional do preço, a complementação do peso ou medida, ou a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada.

33. Acerca da qualidade dos produtos e serviços,

- (A) reputam-se defeituosos os produtos que não oferecem a segurança que deles legitimamente se espera, assim como aqueles que, embora inofensivos, contenham vício de qualidade que os tornem inadequados ao consumo.
- (B) com exceção dos profissionais liberais, cuja responsabilidade depende da verificação de culpa, o fornecedor de serviços responde objetivamente pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços.
- (C) o produto será considerado defeituoso a partir de quando outro mais seguro tenha sido colocado no mercado.
- (D) a época em que o produto é colocado em circulação é irrelevante para determinar-se a segurança que dele se pode legitimamente esperar.
- (E) é vedada a comercialização de produtos cuja utilização implique quaisquer riscos ao consumidor.

34. João adquiriu determinado produto, vindo a constatar que ele possuía vício aparente. Nesse caso, o direito do consumidor de reclamar do vício caduca em

- (A) 90 dias, tratando-se de produto durável, contado o prazo a partir da data da entrega efetiva do produto.
- (B) 30 dias, tratando-se produto durável, contado o prazo a partir da data da entrega efetiva do produto.
- (C) 30 dias, tratando-se de produto não durável, contado o prazo a partir da data em que constatado o vício pelo consumidor.
- (D) 90 dias, tratando-se de produto não durável, contado o prazo a partir da data da entrega efetiva do produto.
- (E) 90 dias, tratando-se de produto durável, contado o prazo a partir da data em que constatado o vício pelo consumidor.

35. Quanto às obrigações da sociedade fornecedora decorrentes do Código de Defesa do Consumidor,

- (A) não existe responsabilidade por parte das sociedades meramente coligadas a ela.
- (B) independe de culpa a responsabilidade das sociedades coligadas a ela.
- (C) é subsidiária a responsabilidade das sociedades por ela controladas.
- (D) é subsidiária a responsabilidade das sociedades consorciadas com ela.
- (E) não existe responsabilidade por parte das sociedades meramente consorciadas com ela.

**Direito da Criança e do Adolescente**

36. Entre as condições impostas expressamente pela legislação federal em vigor para melhor garantir e proteger os direitos de crianças e adolescente tem-se a exigência de

- (A) comprovação de no mínimo dois anos de experiência no atendimento direto de crianças e adolescentes para integrar os conselhos federal, estadual ou municipal de direitos da criança e do adolescente.
- (B) prévia habilitação judicial para integrar cadastros de pessoas disponíveis a receber crianças e adolescentes em programas de acolhimento familiar.
- (C) idade mínima de 18 anos e máxima de 65 anos, independentemente do estado civil, para adotar.
- (D) formação de nível superior compatível com a natureza da função para exercício da função de dirigente de programa atendimento em regime de internação, de semiliberdade ou de liberdade assistida.
- (E) idade superior a 21 anos para candidatura a membro do Conselho Tutelar.

37. Segundo a lei vigente, na adoção de crianças e adolescentes no Brasil,

- (A) é possível seu deferimento a pretendente não cadastrado previamente nos termos da lei, sem vínculo de parentesco com o adotando, desde que já detenha sua guarda de fato e que, tratando-se de criança, tenha ela pelo menos 2 anos de idade.
- (B) é indispensável a prévia decretação de perda do poder familiar do genitor vivo, não tendo relevância jurídica eventual concordância dos pais com a adoção, já que o poder familiar é irrenunciável.
- (C) opera-se com um mesmo cadastro unificado de pessoas aptas a adotar, agregando, para fins de agilização na busca, pretendentes locais, estaduais e nacionais, residentes dentro e fora do país.
- (D) é obrigatória, no processo de habilitação, a participação dos postulantes em programa oferecido pela Justiça da Infância e Juventude que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo a adoção de crianças e adolescentes com perfil de difícil colocação.
- (E) é obrigatório, no processo de habilitação, o contato dos pretendentes com crianças ou adolescentes acolhidos em condição de serem adotados.

38. É regra prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, ao regular os recursos nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude,

- (A) que, exceto no caso de apelação interposta contra sentença que aplica internação ao adolescente, está dispensada a figura do revisor.
- (B) que a apelação interposta em face de sentença que defere adoção e que decreta a perda do poder familiar deve, em regra, ser recebida apenas no efeito devolutivo.
- (C) o prazo de 15 dias para a interposição de todos os recursos, exceto o agravo de instrumento e os embargos de declaração.
- (D) que se aplique o sistema recursal do Código de Processo Civil, exceto no procedimento de execução de medida socioeducativa, que se rege pelas normas da Lei de Execuções Penais.
- (E) a dispensa do parecer do Ministério Público em segundo grau quando se tratar de apelação interposta contra sentença proferida em ação de destituição do poder familiar cujo autor é o próprio Ministério Público.

39. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança,

- (A) reconhece o direito de crianças e adolescentes a terem os assuntos que os afetem decididos conforme sua opinião, cujo direito de manifestação deve ser amplo e livre.
- (B) propõe aos Estados Partes a adoção de todas as medidas eficazes e adequadas para preservar a saúde da criança, desde que não colidam com práticas tradicionais arraigadas na cultura de cada povo.
- (C) define criança como todo ser humano com menos de 12 anos e adolescente como toda pessoa entre 12 e 18 anos, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável, a maioridade seja alcançada antes.
- (D) prevê, entre outras sanções, a suspensão do exercício de direitos e privilégios de membros da Assembleia Geral das Nações Unidas para os estados que não apresentarem os relatórios sobre as medidas adotadas para efetivar os direitos reconhecidos na convenção.
- (E) prevê que os Estados Partes buscarão definir em suas legislações nacionais uma idade mínima antes da qual se presumirá que a criança não tem capacidade para infringir as leis penais.

40. O art. 112, § 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que, verificada a prática de ato infracional por adolescente, caso seja ele portador de doença ou deficiência mental, receberá tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições. Posteriormente, a lei nº 12.594/12 voltou a disciplinar o ponto, estabelecendo, em relação ao atendimento do adolescente autor de ato infracional com transtorno mental que

- (A) o cumprimento de eventual medida socioeducativa a ele aplicada dependerá da constatação de sua capacidade de compreender o caráter ilícito do ato infracional e de ser ressocializado, condição que deverá ser aferida no máximo a cada seis meses por equipe interprofissional.
- (B) deve o magistrado requisitar vaga para atendimento do adolescente junto ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do seu território de moradia, que, ao recebê-lo, fica responsável pelo cumprimento de todas as obrigações atribuídas por lei às entidades que executam programas socioeducativos de internação.
- (C) o juiz, excepcionalmente, poderá suspender a execução da medida socioeducativa, com vistas a incluí-lo em programa de atenção integral à saúde mental que melhor atenda aos objetivos terapêuticos estabelecidos para o seu caso específico.
- (D) em nenhuma hipótese ele será submetido ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade.
- (E) na hipótese de ter o adolescente praticado ato infracional mediante violência ou grave ameaça, ele será internado compulsoriamente em equipamento de saúde mental, lá permanecendo até que se verifique a cessação de sua periculosidade.

**BLOCO II****Direito Penal**

41. A reincidência

- (A) exige o cumprimento de 2/3 (dois terços) da pena para a concessão do livramento condicional, independentemente da natureza do crime praticado.
- (B) não obsta o reconhecimento das figuras privilegiadas de alguns crimes patrimoniais.
- (C) não obriga a adoção do regime prisional fechado, se imposta pena igual ou inferior a quatro anos e favoráveis as circunstâncias judiciais.
- (D) obriga, para efeito de progressão, o cumprimento de tempo diferenciado da pena no regime anterior, ainda que se trate de condenação por crime comum.
- (E) impede a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

42. Em matéria de erro, correto afirmar que

- (A) o erro sobre a ilicitude do fato exclui a culpabilidade, por não exigibilidade de conduta diversa.
- (B) o erro sobre elemento constitutivo do tipo penal não exclui a possibilidade de punição por crime culposos.
- (C) o erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, isenta de pena.
- (D) o erro sobre elemento constitutivo do tipo penal exclui a culpabilidade.
- (E) o erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena, considerando-se as condições ou qualidades da vítima, e não as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.

43. O chamado concurso material benéfico prevalece

- (A) sobre o concurso formal próprio e o crime continuado.
- (B) apenas sobre o concurso formal impróprio.
- (C) apenas sobre o concurso formal próprio.
- (D) sobre o concurso formal impróprio e o crime continuado específico.
- (E) apenas sobre o crime continuado específico.

44. No que toca ao prazo penal, pode-se dizer que

- (A) admite suspensão ou prorrogação por domingos, feriados ou férias.
- (B) exclui o dia do começo em seu cômputo.
- (C) a contagem é feita pelo calendário comum, considerando-se os meses sempre como de trinta dias.
- (D) é o considerado na contagem da decadência e do livramento condicional.
- (E) se considera a hora em que cometido o crime.

45. Em relação à remição, pode-se assegurar que

- (A) o juiz, em caso de falta grave, poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, não recomeçando a contagem a partir da infração disciplinar.
- (B) admissível, pelo trabalho, apenas para condenado que cumpre pena em regime fechado.
- (C) o condenado que usufrui de liberdade condicional poderá remir, pelo trabalho ou por estudo, parte do tempo do período de prova.
- (D) indevida nas hipóteses de prisão cautelar.
- (E) o tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos.

46. A prescrição retroativa,

- (A) modalidade de prescrição da pretensão executória, é regulada pela pena aplicada, não podendo ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
- (B) modalidade de prescrição da pretensão executória, é regulada pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime e pode ocorrer entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória transitada em julgado para a acusação.
- (C) modalidade de prescrição da pretensão punitiva, é regulada pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, não podendo ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
- (D) antes prevista como forma de prescrição da pretensão punitiva, foi abolida por recente reforma legislativa.
- (E) modalidade de prescrição da pretensão punitiva, é regulada pela pena aplicada e pode ocorrer entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória transitada em julgado para a acusação.

47. A figura do chamado tráfico privilegiado, prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06,

- (A) constitui causa de diminuição da pena, podendo o juiz levar em conta a natureza e a quantidade da droga apreendida na escolha do redutor.
- (B) não admite aplicação retroativa.
- (C) obsta a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.
- (D) é aplicável ao condenado reincidente, desde que a agravante não decorra da prática do mesmo crime, segundo expressa disposição.
- (E) também é aplicável ao crime de associação para o tráfico.

48. NÃO constitui conduta equiparada a posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito

- (A) produzir, recarregar ou reciclar, sem autorização legal, ou adulterar, de qualquer forma, munição ou explosivo.
- (B) vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente.
- (C) expor à venda, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
- (D) portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado.
- (E) possuir, deter, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.



49. No cálculo da pena, o juiz deverá considerar o arrependimento posterior, a culpabilidade e a confissão espontânea nas seguintes etapas, respectivamente:

- (A) primeira, segunda e terceira.
- (B) terceira, segunda e primeira.
- (C) primeira, terceira e segunda.
- (D) terceira, primeira e segunda.
- (E) segunda, primeira e terceira.

50. No tocante aos crimes de trânsito, correto afirmar que

- (A) a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor não pode ser imposta cumulativamente com outras penalidades.
- (B) imprescindível o perigo de dano para a tipificação do delito de direção de veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir.
- (C) a circunstância de o agente não possuir carteira de habilitação constitui causa de aumento da pena tão-somente no crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor.
- (D) a penalidade de multa reparatória consiste no pagamento, mediante depósito judicial em favor da vítima, ou seus sucessores, de quantia fixada em salários mínimos.
- (E) a lei já não prevê a concentração de álcool por litro de sangue necessária para a configuração do delito de embriaguez ao volante.

51. Constituem princípios que se destinam a solucionar o conflito aparente de normas:

- (A) proporcionalidade e especialidade.
- (B) excepcionalidade e proporcionalidade.
- (C) especialidade e fragmentariedade.
- (D) subsidiariedade e especialidade.
- (E) excepcionalidade e subsidiariedade.

52. No que concerne às medidas de segurança, é correto afirmar que

- (A) a desinternação será sempre condicional, podendo ser restabelecida a situação anterior antes do decurso de um ano.
- (B) a internação só pode ocorrer em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.
- (C) imposto o tratamento ambulatorial, não é possível posterior determinação de internação.
- (D) a liberação do tratamento ambulatorial é sempre definitiva e leva à extinção da pena.
- (E) a internação deve ser fixada por prazo determinado, entre um e três anos.

Direito Processual Penal

53. Joaquim e Marcos estão sendo processados pela prática do delito de receptação simples. Caso

- (A) a denúncia também lhes imputasse, em conexão, o delito de roubo, a competência para processá-los e julgá-los seria do juízo onde praticada a receptação, por ser o último ato de execução.
- (B) não houvesse sido observada eventual competência penal por prevenção, a nulidade seria absoluta, de acordo com entendimento sumulado.
- (C) a denúncia também lhes imputasse, em conexão, a prática de furto simples, a competência para processá-los e julgá-los seria a do lugar onde houvesse ocorrido o maior número de infrações.
- (D) a denúncia também lhes imputasse, em conexão, a prática do delito de contrabando, a competência para processá-los e julgá-los seria a do lugar da infração à qual for cominada a pena mais grave.
- (E) Marcos, no curso do processo criminal, tivesse sido eleito e empossado como deputado estadual, a competência para processá-los e julgá-los pela prática do delito de receptação continuaria do juiz de primeiro grau.

54. Antonio está sendo processado pela prática do delito de furto qualificado. É correto dizer que, caso haja mudança nas normas que regulamentam o procedimento comum ordinário,

- (A) a nova lei se aplica ao processo no estágio em que se encontra, se concluída a fase de instrução.
- (B) a nova lei apenas se aplica se benéfica ao acusado.
- (C) os atos praticados sob a vigência da lei anterior são válidos.
- (D) a nova lei se aplica ao processo no estágio em que se encontra, apenas se ainda não recebida a denúncia contra Antonio.
- (E) os atos praticados sob a vigência da lei anterior precisam ser ratificados, caso contrário não serão considerados válidos.

55. Ana, estudante de 20 anos, relatou à assistência social da universidade pública onde estuda que foi vítima de estupro no campus, não sofrendo lesões. É correto afirmar que:

- (A) pode ocorrer, no caso, perempção e decadência.
- (B) Ana precisa oferecer representação, para que seja instaurado inquérito policial.
- (C) existe legitimidade concorrente de Ana e do Ministério Público, mediante representação, para propositura de ação penal.
- (D) isso é suficiente para que o agressor seja também investigado criminalmente, independentemente de lesão sofrida, porque a assistente social é funcionária pública e, sob pena de prevaricação, deve comunicar o fato à autoridade competente.
- (E) Ana precisa oferecer queixa-crime para apuração dos fatos também em âmbito penal.



<p>56. Em relação ao procedimento relativo ao Tribunal do Júri, é correto afirmar que:</p> <p>(A) estão isentos do serviço do júri os cidadãos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos.</p> <p>(B) a intimação da decisão de pronúncia será feita pessoalmente ao acusado, ao defensor nomeado ou constituído, e ao Ministério Público.</p> <p>(C) não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, absolverá sumariamente o acusado.</p> <p>(D) não poderá servir o jurado que, no caso de concurso de pessoas, houver integrado o Conselho de Sentença que julgou o outro acusado ou tiver funcionado em julgamento anterior do mesmo processo, independentemente da causa determinante do julgamento posterior.</p> <p>(E) contra a sentença de impronúncia caberá recurso em sentido estrito.</p>	<p>59. Em relação à Lei nº 12.850/2013 – Lei das Organizações Criminosas, é correto afirmar que:</p> <p>(A) a concessão do benefício da colaboração premiada levará em conta a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso, a eficácia da colaboração, mas não a personalidade do colaborador.</p> <p>(B) beneficiado por perdão judicial ou não denunciado, o colaborador não poderá mais ser ouvido em juízo.</p> <p>(C) autoriza a infiltração, por policiais, em atividades de investigação, independentemente da existência de investigação formal iniciada, para preservar o sigilo das investigações.</p> <p>(D) não prevê expressamente a interceptação de comunicações telefônicas dentre os meios de obtenção de prova.</p> <p>(E) o retardamento da intervenção policial ou administrativa, na ação controlada, será previamente comunicado ao juiz competente que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público.</p>
<p>57. Em relação às causas de impedimento do juiz no processo penal, previstas em lei, é correto afirmar que:</p> <p>(A) o magistrado que participou do julgamento do recebimento da denúncia na condição de desembargador convocado no Tribunal Estadual, em face de prerrogativa de foro, fica impedido de julgar a ação penal após a remessa ao primeiro grau em razão da perda do cargo do acusado.</p> <p>(B) o juiz pode exercer jurisdição no processo em que houver desempenhado função anterior de auxiliar da justiça, desde que declare expressamente tal circunstância nos autos.</p> <p>(C) ocorre impedimento do juiz que tiver ordenado, antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes.</p> <p>(D) não está impedido de atuar no mesmo feito criminal o desembargador cujo genro, juiz de primeiro grau, recebeu, em parte, a denúncia.</p> <p>(E) está impedido de receber a denúncia e processar a ação penal o juiz que homologou a delação premiada que serviu de base probatória para seu convencimento.</p>	<p>60. Em relação à execução penal, é correto afirmar que:</p> <p>(A) a pena unificada para atender ao limite de 30 (trinta) anos de cumprimento é considerada para a concessão de livramento condicional, mas não para obtenção de regime mais favorável de execução.</p> <p>(B) o condenado que violar ou danificar o dispositivo de monitoração eletrônica poderá regredir de regime.</p> <p>(C) a inclusão do preso no regime disciplinar diferenciado ou no isolamento preventivo depende de prévia decisão judicial fundamentada.</p> <p>(D) o juiz da execução não tem competência para interditar estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas, devendo limitar-se à comunicação do fato à administração penitenciária.</p> <p>(E) podem suscitar incidente de desvio de execução o Ministério Público e a Defensoria Pública, mas não o Conselho Penitenciário.</p>
<p>58. José, que responde a processo pela prática do delito de roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo e concurso de agentes, está preso preventivamente. Diante disso, é correto afirmar que</p> <p>(A) este delito não permite prisão domiciliar.</p> <p>(B) este delito é inafiançável.</p> <p>(C) caso o juiz revogue a prisão preventiva, não pode ele mesmo de novo decretá-la caso sobrevenham razões que a justificassem, devendo encaminhar os autos para análise por seu substituto.</p> <p>(D) José pode ter ficado regularmente preso temporariamente por 60 (sessenta) dias.</p> <p>(E) a prisão preventiva pode ter sido decretada pelo juiz no curso da ação penal a requerimento do assistente.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p> <p>61. Em relação aos direitos e garantias individuais, revela-se de extrema importância a problemática atinente aos regimes de tratamento das liberdades. Entre eles, destaca-se o regime preventivo mediante autorização prévia. Nessa modalidade, o exercício do direito de liberdade fica submetido, em virtude de previsão legal, à condição de haver prévio consentimento por parte da autoridade administrativa competente. A instituição de tal regime é vedada, segundo a Constituição brasileira, em relação aos seguintes direitos:</p> <p>(A) liberdade de reunião em locais públicos e liberdade de trabalho, ofício ou profissão.</p> <p>(B) liberdade de associação e liberdade de trabalho, ofício ou profissão.</p> <p>(C) liberdade de iniciativa econômica e liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.</p> <p>(D) liberdade de iniciativa econômica e liberdade de associação.</p> <p>(E) liberdade de reunião em locais públicos e liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.</p>



62. Nos termos do texto constitucional, o Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se

- (A) na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se, entre outros, pelos princípios da transversalidade das políticas culturais e da transparência e compartilhamento das informações.
- (B) no Plano Nacional de Cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas pelos órgãos de cultura que o integram, e rege-se, entre outros, pelos princípios da transversalidade das políticas culturais e da proteção às manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.
- (C) no Plano Nacional de Cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas na política nacional de cultura, e rege-se, entre outros, pelos princípios da transparência e compartilhamento das informações e da democratização do acesso aos bens e serviços culturais.
- (D) na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se, entre outros, pelos princípios da ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura e da valorização da diversidade étnica e regional.
- (E) no Plano Nacional de Cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas na política nacional de cultura, e rege-se, entre outros, pelos princípios da transversalidade das políticas culturais e da valorização da diversidade étnica e regional.

63. O rito determinado constitucionalmente para conversão em lei de medida provisória

- (A) restringe o poder de veto do Presidente da República apenas às partes do texto aprovado que tenham sofrido modificação substantiva pelo Poder Legislativo.
- (B) enseja o encaminhamento ao Presidente da República, para sanção ou veto, do texto aprovado pelo Congresso Nacional, ainda que a medida provisória não tenha sofrido, durante a tramitação, modificações em seu conteúdo.
- (C) admite, no caso de dispor sobre matéria sujeita à iniciativa privativa do Presidente da República, a aprovação de emenda parlamentar que, aumentando despesa, institua novos cargos em comissão no âmbito da administração federal, desde que tal proposição conste de outro projeto de lei já apresentado pelo Poder Executivo que se encontre em tramitação no Poder Legislativo.
- (D) impõe que a deliberação sobre o mérito da medida seja realizada em sessão conjunta do Congresso Nacional.
- (E) autoriza que Comissão Representativa do Congresso Nacional, em atividade durante o recesso parlamentar, delibere sobre a conversão em lei das medidas provisórias, em face da urgência que é peculiar ao instrumento.

64. Considere as seguintes assertivas:

- I. É vedado ao Governador do Estado de Pernambuco delegar aos Secretários de Estado, entre outras, as seguintes atribuições: nomear e exonerar dirigentes de autarquias e fundações mantidas pelo Estado e enviar mensagem à Assembleia Legislativa, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Estado e solicitando as providências que julgar necessárias.
- II. Compete exclusivamente à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco ordenar a sustação de contrato impugnado pelo Tribunal de Contas, bem assim apreciar o relatório e a prestação de contas de interventor em Município, remetidos por intermédio do Governador.
- III. Compete exclusivamente à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco julgar as contas do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal de Justiça e dos que vierem a ser criados, bem assim aprovar ou suspender a intervenção nos Municípios, salvo quando decorrente de decisão judicial.
- IV. Em face da Constituição do Estado de Pernambuco, são aplicáveis aos Secretários de Estado os mesmos impedimentos estabelecidos aos Deputados Estaduais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) I, II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.

65. Considere as seguintes assertivas:

- I. A edição de novo diploma legal que determine a redução dos valores das indenizações a serem pagas a título de seguro obrigatório por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (Seguro DPVAT) apresenta vício de inconstitucionalidade material, pois afronta a proteção constitucional ao direito adquirido e o princípio da proibição de retrocesso social.
- II. Ainda que preceito normativo introduzido por Emenda Constitucional determine, a propósito, a aplicação do regime geral da previdência social, os servidores públicos que, após a sua promulgação, continuem a exercer exclusivamente cargo comissionado seguem submetidos ao regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, em face da proteção constitucional ao direito adquirido.
- III. Não ofende a proteção constitucional ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito a desconstituição de penhora regularmente efetivada em razão da superveniência do preceito constitucional que garante a impenhorabilidade da pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família.
- IV. Não ofende a proteção constitucional ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito a desconstituição de penhora regularmente efetivada em razão da superveniência do diploma legal que garante a impenhorabilidade dos imóveis residenciais juridicamente qualificados como bem de família.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.



Direito Eleitoral

66. Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove o apoio de eleitores correspondente a, pelo menos, ^I dos votos dados na última eleição geral para ^{II}, ^{III} os votos em branco e os nulos, distribuídos por ^{IV}, dos Estados, com um mínimo de ^V do eleitorado que haja votado em cada um deles.

Preenchem correta e respectivamente as lacunas de I a V:

- (A) um por cento - o Congresso Nacional - não computados - um quarto, ou mais - dois décimos por cento.
- (B) um por cento - a Câmara dos Deputados - computados - um terço, ou mais - um décimo por cento.
- (C) meio por cento - a Câmara dos Deputados - não computados - um terço, ou mais - um décimo por cento.
- (D) meio por cento - o Congresso Nacional - computados - um quarto, ou mais - dois décimos por cento.
- (E) meio por cento - a Câmara dos Deputados - não computados - um terço, ou mais - dois décimos por cento.

67. Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, poderá o eleitor

- (A) renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo.
- (B) praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou imposto de renda.
- (C) receber vencimentos, remuneração, salário ou proventos de função ou emprego público.
- (D) optar pelo pagamento parcelado do IPTU.
- (E) obter passaporte ou carteira de identidade.

68. Considere a seguinte situação:

Em certo estado-membro brasileiro que tem o número mínimo de cadeiras na Câmara de Deputados, três partidos políticos apresentaram candidatos a Deputado Federal. Compareceram para votar trezentos e vinte mil eleitores. Somados, os votos em branco e os nulos perfizeram um total de oitenta mil votos. O primeiro partido obteve cento e setenta mil votos. O segundo partido obteve trinta e nove mil votos. O terceiro partido obteve trinta e um mil votos.

Neste contexto, é correto afirmar que serão declarados eleitos

- (A) os sete candidatos mais votados do primeiro partido e o mais votado do terceiro partido.
- (B) os oito candidatos mais votados do primeiro partido.
- (C) os cinco candidatos mais votados do primeiro partido, os dois mais votados do segundo partido e o mais votado do terceiro partido.
- (D) os seis candidatos mais votados do primeiro partido, o mais votado do segundo partido e o mais votado do terceiro partido.
- (E) os sete candidatos mais votados do primeiro partido e o mais votado do segundo partido.

69. É tipo penal eleitoral cuja pena cominada restringe-se à pena privativa de liberdade, sem cominação de multa:

- (A) efetuar a mesa receptora a contagem dos votos da urna quando qualquer eleitor houver votado sob impugnação.
- (B) subscrever o eleitor mais de uma ficha de registro de um ou mais partidos.
- (C) alterar nos mapas ou nos boletins de apuração a votação obtida por qualquer candidato ou lançar nesses documentos votação que não corresponda às cédulas apuradas.
- (D) não receber ou não mencionar nas atas da eleição ou da apuração os protestos devidamente formulados ou deixar de remetê-los à instância superior.
- (E) violar ou tentar violar o sigilo da urna ou dos invólucros.

70. Para efeito da distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do acesso gratuito ao rádio e à televisão, havendo fusão ou incorporação de partidos políticos, devem ser somados

- (A) exclusivamente os votos do partido promotor e líder da fusão ou incorporação obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.
- (B) os votos dos Deputados Federais e Senadores participantes obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal.
- (C) exclusivamente os votos dos partidos fundidos ou incorporados obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.
- (D) os votos dos partidos fundidos ou incorporados, bem como os votos dos demais Deputados Federais ingressantes oriundos de outros partidos, obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.
- (E) exclusivamente os votos dos Deputados Federais participantes obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

BLOCO III

Direito Empresarial

71. As preferências ou vantagens das ações preferenciais das sociedades anônimas podem consistir

- (A) em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo, ou em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele, vedada a acumulação de ambas as preferências.
- (B) em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo, ou em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele, admitida a acumulação de ambas as preferências.
- (C) em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo, ou em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele, conforme opção do acionista exercida por ocasião da subscrição das ações.
- (D) somente em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo.
- (E) somente em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele.



72. Acerca do nome empresarial, é correto afirmar:

- (A) O nome de sócio que vier a falecer pode ser conservado na firma social.
- (B) É vedada a alienação do nome empresarial.
- (C) A inscrição do nome empresarial somente será cancelada a requerimento do seu titular, mesmo quando cessado o exercício da atividade para que foi adotado.
- (D) Independentemente de previsão contratual, o adquirente de estabelecimento, por ato entre vivos, pode usar o nome empresarial do alienante, precedido do seu próprio, com a qualificação de sucessor.
- (E) A sociedade em conta de participação pode ter firma ou denominação.

73. Analise as seguintes proposições acerca da sociedade anônima:

- I. As ações ordinárias de companhia aberta poderão ser de uma ou mais classes.
- II. O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% do total das ações emitidas.
- III. O estatuto social não pode estabelecer limitação ao número de votos de cada acionista nas deliberações da assembleia-geral.
- IV. Nas companhias abertas, é permitido ao acionista participar e votar a distância em assembleia-geral.
- V. Nem mesmo a assembleia-geral poderá suspender o exercício dos direitos do acionista inadimplente com suas obrigações sociais, o que somente poderá ser determinado por decisão judicial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e V.
- (B) IV e V.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

74. A Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que disciplina a falência, a recuperação judicial e a recuperação extrajudicial, aplica-se

- (A) às instituições financeiras privadas, mas não às públicas.
- (B) aos consórcios.
- (C) tanto às sociedades empresárias quanto aos empresários individuais.
- (D) às sociedades de economia mista.
- (E) às empresas públicas.

75. Na recuperação judicial, a assembleia geral de credores será composta por

- (A) até quatro classes de credores, assim distribuídas: *classe I*, composta dos titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; *classe II*, composta dos titulares de créditos com garantia real, com privilégio especial e com privilégio geral; *classe III*, composta dos titulares de créditos quirografários e subordinados; e *classe IV*, composta dos titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- (B) até três classes de credores, assim distribuídas: *classe I*, composta dos titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; *classe II*, composta dos titulares de créditos com garantia real; e *classe III*, composta dos titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral e subordinados, bem como dos titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- (C) até três classes de credores, assim distribuídas: *classe I*, composta dos titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; *classe II*, composta dos titulares de créditos com garantia real; e *classe III*, composta dos titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral e subordinados.
- (D) até quatro classes de credores, assim distribuídas: *classe I*, composta dos titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; *classe II*, composta dos titulares de créditos com garantia real; *classe III*, composta dos titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral e subordinados; e *classe IV*, composta dos titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- (E) até três classes de credores, assim distribuídas: *classe I*, composta dos titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; *classe II*, composta dos titulares de créditos com garantia real, com privilégio especial e com privilégio geral; e *classe III*, composta dos titulares de créditos quirografários e subordinados.



Direito Tributário

76. A respeito das limitações ao poder de tributar, é correto afirmar:

- (A) O chamado critério da seletividade é uma das técnicas de tributação expressamente previstas na Constituição Federal de 1988 para a concretização do princípio da capacidade contributiva.
- (B) Por tratar-se de obrigação tributária acessória, não constitui afronta ao princípio da legalidade a fixação, por meio de Portaria, do valor devido ao Poder público a título de ressarcimento pelos selos fornecidos à indústria para controle quantitativo da incidência do IPI.
- (C) O princípio da segurança jurídica em matéria tributária beneficia tão somente o contribuinte e não a Administração Pública, tanto é assim que o Supremo Tribunal Federal reconheceu ser devida a repetição de valores recolhidos a título de contribuição previdenciária prescrita ou decaída em razão da declaração de inconstitucionalidade do prazo de 10 anos previsto nos art. 45 e 46 da lei nº 8.212/1991, mesmo para pedidos posteriores à conclusão do julgamento de inconstitucionalidade.
- (D) No que tange ao cálculo do imposto de renda da pessoa física, não fere o princípio da igualdade tributária a sujeição dos pagamentos recebidos acumuladamente ao regime de caixa uma vez que todo indivíduo será igualmente tributado à medida que perceba seus rendimentos, respeitando-se a efetiva disponibilidade econômica da renda.
- (E) O Supremo Tribunal Federal, com fundamento no princípio da colaboração, admite a utilização de mecanismos facilitadores da fiscalização e cobrança dos tributos, tais como, por exemplo, a substituição tributária para frente e a cobrança antecipada de tributo com base em pautas fiscais.

77. A respeito do Poder de Tributar do Estado, é correto afirmar:

- (A) A Constituição Federal de 1988 possui um título específico dedicado a regular o "Sistema Tributário Nacional", que pela extensão e intensidade com que trata a relação tributária pode ser considerado como exaustivo em tal propósito.
- (B) A tributação tem por papel determinar qual proporção dos recursos da sociedade ficará sob o controle do governo para ser gasta de acordo com algum procedimento de decisão coletiva, e qual proporção será deixada, na qualidade de propriedade pessoal, sob o arbítrio de particulares.
- (C) Coaduna-se com o texto da Constituição Federal de 1988 a concepção de que a função tributária do Estado limita-se à captação de receitas para fazer frente aos gastos públicos, sejam estes relativos à garantia de direitos ou à manutenção da máquina pública.
- (D) Coaduna-se com o texto da Constituição Federal de 1988 a concepção de que o Direito Tributário é o ramo do Direito que trata das regras e princípios que limitam o poder tributário estatal, contrapondo o interesse arrecadatório do Estado aos interesses da sociedade.
- (E) Coaduna-se com o texto da Constituição Federal de 1988 a ideia de que a arrecadação de receitas é a finalidade última do Direito Tributário, devendo ser este o parâmetro a ser utilizado pelo legislador ou pelo intérprete para verificar a concordância de determinada norma tributária com o postulado da proporcionalidade.

78. A empresa X, substituída tributária, logrou êxito em liminar em mandado de segurança para pagar o ICMS com alíquota de 12%, e não mais de 17%. No curso da ordem judicial, a empresa Y, substituta tributária, passou a recolher o valor de ICMS relativo à substituição tributária em 12%, conforme determinação judicial. Posteriormente, contudo, a liminar foi reformada pelo Tribunal, restabelecendo a obrigatoriedade do recolhimento em 17%. Nos termos da legislação e da jurisprudência tributárias brasileiras, a Administração Fazendária:

- (A) desde que não ultrapassado o prazo decadencial, pode exigir a diferença de ICMS tanto do substituto quanto do substituído, uma vez que o instituto da substituição tributária estabelece, em geral, responsabilidade tributária solidária entre o responsável e o contribuinte.
- (B) não pode exigir a diferença de ICMS, uma vez que o seu não recolhimento fundou-se em decisão judicial.
- (C) desde que não ultrapassado o prazo decadencial, pode exigir a diferença de ICMS apenas do substituto, uma vez que o instituto da substituição tributária exclui o contribuinte-substituído da relação jurídica tributária.
- (D) desde que não ultrapassado o prazo decadencial, pode exigir a diferença de ICMS apenas do substituído, uma vez que não houve dolo ou culpa do substituto tributário e ser-lhe-ia impossível repassar o ônus do tributo ao contribuinte-substituído.
- (E) desde que não ultrapassado o prazo decadencial, pode exigir a diferença de ICMS apenas do substituído, pois ele tem relação pessoal e direta com o fato gerador e, portanto, responde diretamente pelo ônus da tributação, em atenção ao princípio da capacidade contributiva.

79. José, servidor público do Município de Jaboaão dos Guararapes, ajuizou ação ordinária em face da União objetivando a declaração de não incidência de imposto de renda sobre rubricas recebidas a título de auxílio-alimentação, bem como a repetição dos valores retidos na fonte pelo Município. A respeito da competência tributária, repetição do indébito e repartição de receitas tributárias

- (A) por se tratar de tributo de competência da União, compete à Justiça Federal processar e julgar as demandas que visam discutir a incidência do imposto de renda retido na fonte sobre rubricas salariais auferidas pelo servidor municipal, contudo, tendo em vista a destinação constitucional integral do produto arrecadado ao Município, compete à Justiça Estadual processar e julgar demandas que visam a repetição de eventual indébito desse tributo.
- (B) para não restar preclusa a matéria, caberá à Fazenda Pública, desde a fase de conhecimento, impugnar os documentos apresentados pelo servidor para que sejam considerados na demanda os valores que eventualmente já lhe tenham sido restituídos por intermédio da declaração anual de ajuste do imposto de renda.
- (C) é manifesta a legitimidade passiva *ad causam* exclusiva da União Federal, vez que o Município atua como mero substituto tributário, a quem a lei simplesmente impõe o recolhimento do tributo na fonte e a Constituição simplesmente lhe destina o produto arrecadado.
- (D) o Município de Jaboaão dos Guararapes deveria compor o polo passivo da demanda como litisconsorte, pois embora a competência tributária ativa pertença à União, a própria Constituição previu que o produto arrecadado a título de imposto de renda retido na fonte dos servidores municipais é receita municipal originária, competindo ao Município a eventual repetição do indébito.
- (E) uma vez que pertence aos Estados e Municípios o produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte dos servidores municipais, compete à Justiça Estadual julgar as demandas propostas com vistas à repetição de indébito do referido tributo ou com vistas ao reconhecimento de sua não incidência.



<p>80. A respeito do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), é correto afirmar:</p> <p>(A) Se a atividade de prestação de serviço de mão-de-obra temporária é realizada por pessoal contratado pelas empresas de recrutamento, resta afastada a figura da intermediação, considerando-se a mão-de-obra empregada na prestação do serviço contratado como custo do serviço e, portanto, despesa não dedutível da base de cálculo do ISSQN.</p> <p>(B) A Lei Complementar nº 116, de 2003, que dispõe sobre o ISSQN, regulou a forma e as condições para a concessão, pelos Municípios, de isenções, incentivos e benefícios fiscais no que diz respeito a tal tributo.</p> <p>(C) A operação de locação de bem móvel, ainda que combinada à colocação de funcionário à disposição para operá-lo, não está sujeita à incidência do ISSQN.</p> <p>(D) A capacidade ativa para a cobrança do ISSQN incidente sobre a operação de arrendamento mercantil é do Município onde está sediado o estabelecimento vendedor do bem arrendado ou do Município onde ocorre a entrega do bem se o estabelecimento vendedor possuir unidade econômica ou profissional nessa mesma localidade.</p> <p>(E) Nos contratos de construção civil a capacidade ativa para a cobrança do ISSQN é do município do local da obra, a não ser que o contrato verse também sobre outras etapas da obra de construção, muitas das quais realizadas fora da obra e em município diverso, caso em que tal serviço fica sujeito à tributação pelo Município da sede do estabelecimento da construtora.</p>	<p>82. A respeito das Garantias e Privilégios do Crédito Tributário, é correto afirmar:</p> <p>(A) São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.</p> <p>(B) É vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo, como, por exemplo, o montante por ele devido inscrito em Dívida Ativa.</p> <p>(C) Enquanto não julgadas as Ações Diretas de Inconstitucionalidade que discutem a possibilidade de quebra do sigilo bancário diretamente por autoridade administrativa, pode o Poder Executivo disciplinar os critérios segundo os quais as instituições financeiras informarão à administração tributária as operações financeiras efetuadas pelos usuários de seus serviços, inclusive dispondo sobre a necessidade de inserção de elementos que permitam identificar a origem e a natureza dos gastos realizados.</p> <p>(D) A presunção de dissolução irregular que permite o redirecionamento da cobrança do crédito tributário decorre, por exemplo, do retorno sem cumprimento, por mudança de endereço, do Aviso de Recebimento regularmente encaminhado para o domicílio fiscal constante dos cadastros da pessoa jurídica perante a administração tributária.</p> <p>(E) Há esgotamento das diligências para fins de aplicação da indisponibilidade prevista no art. 185-A do Código Tributário Nacional quando comprovado nos autos o acionamento do Bacen Jud, a expedição de ofícios a todos os registros públicos e ao DENATRAN ou DETRAN.</p>
<p>81. A respeito da repartição de competência em matéria tributária, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Não integra o plexo de competências tributárias dos entes federativos a simples entrega de camêes para a notificação de tributo, sendo ilegal a realização dessa tarefa diretamente pelos Municípios e Estados por violar o monopólio da União na manutenção do serviço postal.</p> <p>(B) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem delegar parte de sua capacidade tributária a instituições financeiras, consentindo que estas se encarreguem da cobrança de créditos inscritos em dívida ativa.</p> <p>(C) Enquanto não promulgada a lei complementar federal que fixa adequado tratamento tributário ao ato cooperativo, os Estados-membros podem dar às sociedades cooperativas o tratamento legislativo que julgarem adequado.</p> <p>(D) Medida Provisória poderá estabelecer critérios especiais de tributação com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.</p> <p>(E) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.</p>	<p>83. A respeito da Prescrição e Decadência Tributárias, considere as assertivas a seguir:</p> <p>I. Proposta a ação fiscal no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência.</p> <p>II. Ainda que a execução fiscal tenha sido arquivada apenas em razão do pequeno valor do débito executado, sem baixa na distribuição, pode ser reconhecida a prescrição intercorrente se o processo ficar paralisado por mais de cinco anos.</p> <p>III. O crédito público não se suspende em decorrência de sua inscrição em dívida ativa.</p> <p>IV. A concessão de medida liminar em mandado de segurança suspende tanto a prescrição quanto a decadência do crédito tributário, impedindo a Fazenda Pública de realizar o lançamento do tributo, inscrevê-lo em Dívida Ativa e ajuizar Execução Fiscal visando sua cobrança.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) I e II.</p>



84. A respeito da Ação de Execução Fiscal, é correto afirmar:
- Com a revogação da competência da Justiça Estadual para o processamento e julgamento dos executivos fiscais da União ajuizados contra devedores domiciliaos em Comarca onde não funciona Vara da Justiça Federal, as execuções fiscais de Dívida Ativa da União ajuizadas antes da revogação na Justiça Estadual deverão ser deslocadas para a Justiça Federal.
 - Os Embargos do Devedor à Execução Fiscal terão efeito suspensivo uma vez verificados pelo juiz a relevância da fundamentação (*fumus boni juris*) e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação (*periculum in mora*).
 - É possível o oferecimento de garantia em sede de ação cautelar para o crédito inscrito em Dívida Ativa que ainda não tem Execução Fiscal ajuizada. Tal caução, desde que prestada em valor suficiente à garantia do juízo, viabiliza a expedição de Certidão Positiva com Efeito de Negativa, mas não suspende a exigibilidade do crédito tributário.
 - O princípio tributário da autonomia dos estabelecimentos, que preceitua que estes devem ser considerados, na forma da legislação específica de cada tributo, unidades autônomas e independentes nas relações jurídico-tributárias travadas com a Administração Fiscal, também limita a satisfação do crédito público, notadamente do crédito tributário, a somente o patrimônio do estabelecimento que participou da situação caracterizada como fato gerador.
 - Às execuções fiscais de dívidas não tributárias processadas na Justiça Federal não se aplica o entendimento de que é possível o redirecionamento da cobrança na hipótese de dissolução irregular da pessoa jurídica devedora.

Direito Administrativo

85. Cássio de Paula, após regular concurso público, foi admitido por autarquia municipal, na qualidade de empregado público, sob regime celetista, em 1990. Em 2013, o Município editou lei implementando o regime jurídico único, enquadrando todos os servidores celetistas concursados como servidores titulares de cargo efetivo. Em 2014, acusado de falta grave, Cássio de Paula foi demitido do cargo autárquico que ocupava, após regular processo administrativo disciplinar. Ainda naquele ano, ajuizou ação na Justiça Comum Estadual, em face da autarquia municipal, cumulando dois pedidos: i) reintegração no cargo público, sob alegação de ter sido injustamente demitido; ii) pagamento de horas extras, referentes ao período em que laborou sob regime celetista, sob alegação de que não teriam sido regularmente pagas pelo ente autárquico à ocasião.

Diante de tal situação, em relação à competência da Justiça Comum Estadual, é correto concluir que:

- É possível conhecer de ambos os pedidos, pois a implantação do regime jurídico único torna a Justiça Comum Estadual competente para todas as questões relativas ao vínculo de trabalho entre o servidor e a autarquia.
- Não é possível conhecer do pedido referente à reintegração em cargo público, pois a investidura do autor é nula, por inconstitucionalidade da lei municipal que o enquadrava como servidor titular de cargo efetivo; o pedido referente ao pagamento de horas extras devidas durante o regime celetista somente pode ser deduzido na Justiça do Trabalho.
- É possível conhecer de ambos os pedidos, pois os servidores públicos estão sujeitos à competência da Justiça Comum Estadual, seja qual for a natureza de seu vínculo laboral.
- Não é possível conhecer dos pedidos, em face da incompetência da Justiça Comum Estadual para apreciar demandas ajuizadas por servidor cujo regime inicial era celetista.
- É possível conhecer do pedido relativo à reintegração no cargo público; porém, o pedido referente ao pagamento de horas extras devidas durante o regime celetista somente pode ser deduzido na Justiça do Trabalho.

86. Observe as seguintes características, atribuíveis a determinados bens públicos:

- pertencem ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizado(a)s nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União quando situado(a)s em território federal.
- são de titularidade da União, assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios participação no resultado de sua exploração.
- pertencem aos Estados, salvo se, por algum título, forem do domínio federal, municipal ou particular.

As descrições I, II e III correspondem, correta e respectivamente, aos seguintes bens:

- terrenos de marinha e acrescidos – cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos – os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.
- bens arrecadados de herança vacante – recursos minerais e potenciais de energia hidráulica – terrenos reservados às margens das correntes e lagos navegáveis.
- águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito – terras tradicionalmente ocupadas pelos índios – terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental.
- cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos – terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras – recursos minerais e potenciais de energia hidráulica.
- recursos minerais e potenciais de energia elétrica – terras devolutas indispensáveis à defesa das vias federais de comunicação – terrenos marginais.

87. No que tange ao regime jurídico dos contratos celebrados pela Administração pública, é correto afirmar:

- Em contrato de obra pública, a inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.
- A Administração pública pode alterar unilateralmente o contrato administrativo, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- Em vista do princípio da supremacia do interesse público, considera-se que todo e qualquer contrato firmado pelos entes da Administração pública é contrato administrativo, dotado de cláusulas exorbitantes, tais como a possibilidade de alteração unilateral do ajuste.
- Em face da indisponibilidade do interesse público, a solução de litígios por meio de arbitragem não é admitida em contratos administrativos de nenhuma espécie.
- Dado o formalismo dos contratos administrativos, é nulo e de nenhum efeito a celebração de contratos por meio verbal, seja qual for o valor ou natureza da contratação.



88. Dalva era passageira de ônibus intermunicipal que fazia a linha entre Vitória de Santo Antão e Jaboatão dos Guararapes, linha essa explorada em regime de concessão pela Empresa Expresso Caramuru S/A, quando referido ônibus envolveu-se em acidente, sem a participação de outros veículos. Em virtude dos ferimentos, Dalva acabou se submetendo a cirurgias reparadoras, remanescendo todavia sequelas funcionais e estéticas decorrentes do acidente. Do relato, deve-se concluir que
- (A) a empresa concessionária deve ser responsabilizada de forma objetiva; o Estado de Pernambuco, na qualidade de poder concedente, deve ser responsabilizado de forma subjetiva, em virtude da *culpa in vigilando*.
 - (B) a empresa concessionária e o poder concedente respondem objetivamente pelos danos materiais sofridos pela usuária, este último, de forma subsidiária; os danos morais, todavia, são de natureza personalíssima, portanto somente a causadora direta é que responderá por eles.
 - (C) não se aplica à situação o disposto no art. 37, § 6º da CF/88, que dispõe sobre a responsabilidade objetiva pelos danos causados a terceiros, sendo que a responsabilidade em face dos usuários do serviço público é de natureza subjetiva, regulada pela Lei nº 8.987/95 e pelo código de defesa do consumidor.
 - (D) devem ser responsabilizadas de forma objetiva e solidária a empresa concessionária de serviço público e o Estado de Pernambuco, na qualidade de poder concedente.
 - (E) em caso de extinção do contrato de concessão, outra empresa que venha a assumir a prestação do serviço público, após regular seleção licitatória, não responde pelos danos causados à usuária pela prestadora anterior.
89. A empresa Eletropubli S/A é uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado X, criada no ano de 2000, com a finalidade de atuar na área de geração de energia hidrelétrica. Baseado nessas informações, é correto afirmar que se trata de
- (A) órgão estatal, que atua por meio de desconcentração, não havendo delegação no caso em tela.
 - (B) pessoa jurídica de direito público, havendo no caso descentralização por delegação da União, titular do serviço em questão.
 - (C) pessoa jurídica de direito privado, havendo no caso descentralização por meio de delegação da União, titular do serviço em questão.
 - (D) pessoa jurídica de direito público, havendo no caso descentralização por outorga legal dada pelo Estado-membro, titular do serviço em questão.
 - (E) pessoa jurídica de direito privado, havendo no caso descentralização por outorga legal dada pelo Estado-membro, titular do serviço em questão.
90. Acerca do processo administrativo, tal como disciplinado na Lei Federal nº 9.784/99, é correto afirmar que
- (A) a ausência de parecer obrigatório nem sempre impedirá o prosseguimento do processo administrativo até final decisão.
 - (B) se aplica ao processo administrativo o princípio que veda a *reformatio in pejus*, o que se justifica em razão da observância do princípio do devido processo legal.
 - (C) o processo administrativo deve ser formalista, o que se impõe, em observância ao princípio da segurança jurídica.
 - (D) em virtude da indisponibilidade do interesse público, é vedado ao particular interessado no processo formular desistência ou renúncia.
 - (E) se aplica no processo administrativo o princípio da identidade física do juiz, pelo qual o órgão que promoveu a instrução deve ser o mesmo a decidir a questão controversa.
91. O diretor da área financeira de uma empreiteira foi flagrado pagando comissão a agente público responsável pela gestão de contrato administrativo celebrado para a realização de obras de ampliação e conservação em rodovia estadual. A comissão em questão foi paga para o fim de celebração de aditivo contratual, com acréscimos desnecessários e superfaturados ao projeto inicialmente contratado. Em vista do que dispõe a Lei nº 12.846/2013, também conhecida como "Lei Anticorrupção", é INCORRETO afirmar:
- (A) Dentre as penalidades aplicáveis à empreiteira está a publicação extraordinária da decisão condenatória, que, a par de outros meios de divulgação, deverá ser afixada de modo visível ao público, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade da infratora.
 - (B) Caso a personalidade jurídica da empreiteira seja utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na lei ou para provocar confusão patrimonial, todos os efeitos das sanções aplicadas serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.
 - (C) A empreiteira poderá ser responsabilizada objetivamente, no âmbito administrativo e civil, pela conduta do referido diretor.
 - (D) No procedimento de responsabilização, poderá ser aplicada multa pecuniária à empreiteira, limitado o seu montante ao valor da vantagem indevidamente auferida.
 - (E) A *holding* que controla a referida empreiteira é solidariamente responsável pela prática dos atos ilícitos definidos na lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.
92. "[...] é a qualificação jurídica dada a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares, e que recebe delegação do Poder Público, mediante contrato de gestão, para desempenhar serviço público de natureza social" (Maria Sylvania Zanella Di Pietro, Direito Administrativo, 2012: 565).
- A definição acima se refere às
- (A) Serviços sociais autônomos.
 - (B) Organizações não-governamentais.
 - (C) Organizações sociais.
 - (D) Fundações de apoio.
 - (E) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- Direito Ambiental**
93. Os recursos naturais da plataforma continental são bens
- (A) da União.
 - (B) do respectivo Estado, sendo garantida a participação no resultado da exploração do respectivo Município.
 - (C) do respectivo Estado, sendo garantida a participação no resultado da exploração da União.
 - (D) do respectivo Estado.
 - (E) do respectivo Município.



94. José é proprietário da Fazenda Santa Rita, cuja principal atividade econômica é a piscicultura. O Estado no qual a fazenda está inserida possui Zoneamento Ambiental, anterior ao início da citada atividade, que disciplina a atividade de forma diversa da praticada na Fazenda Santa Rita. A atividade
- (A) pode continuar a ser desenvolvida, uma vez que a competência para o Zoneamento Ambiental é exclusiva da União.
 - (B) deve ser suspensa até que haja a ratificação do Zoneamento Ambiental Estadual pelo Município.
 - (C) pode continuar a ser desenvolvida, uma vez que o Zoneamento Ambiental não é norma cogente.
 - (D) deve ser adequada às normas do Zoneamento Ambiental, sob pena de paralisação da atividade.
 - (E) pode continuar a ser desenvolvida, uma vez que a competência para o Zoneamento Ambiental é exclusiva do Município.
95. O Ministério Público ajuizou uma ação civil pública visando à anulação de um contrato de financiamento celebrado por uma entidade governamental com uma indústria que será construída sem o devido licenciamento ambiental. A ação deverá ser julgada
- (A) procedente.
 - (B) parcialmente procedente apenas para obrigar a indústria a adotar medidas compensatórias.
 - (C) extinta, sem resolução de mérito, pela ilegitimidade de parte no polo ativo.
 - (D) improcedente.
 - (E) parcialmente procedente apenas para aplicar uma multa pela ausência do licenciamento.
96. Analisando o pedido de licenciamento ambiental de um empreendimento imobiliário, o órgão ambiental competente exigiu um estudo ambiental simplificado (EAS) por não haver potencial de significativa degradação do meio ambiente. Tal exigência é
- (A) legal, uma vez que todo o licenciamento ambiental de empreendimento imobiliário é conduzido por meio de um estudo ambiental simplificado.
 - (B) ilegal, pois o estudo ambiental simplificado não pode ser exigido pelo órgão ambiental no licenciamento.
 - (C) ilegal, uma vez que o estudo de impacto ambiental e respectivo relatório (EIA-RIMA) é exigido pelo ordenamento jurídico para a construção de qualquer empreendimento imobiliário.
 - (D) ilegal, pois todas as atividades que gerem qualquer impacto negativo ao meio ambiente devem ter o respectivo licenciamento ambiental conduzido a partir de um estudo de impacto ambiental e respectivo relatório (EIA-RIMA).
 - (E) legal, diante da ausência de potencial para significativa degradação do meio ambiente.
97. José foi condenado por crime ambiental a uma pena restritiva de direito, qual seja, a prestação de serviços à comunidade consistente na obrigação de restaurar um imóvel particular tombado danificado por sua conduta típica, antijurídica e culpável, e multa. Diante da apelação apresentada pelo réu, o Tribunal de Justiça deverá
- (A) reformar a sentença para obrigar o réu a prestar apenas serviços indiretos no imóvel tombado.
 - (B) reformar a sentença para impor ao réu somente o pagamento de multa.
 - (C) manter a sentença, que encontra fundamento na legislação vigente.
 - (D) reformar a sentença, uma vez que a prestação de serviços à comunidade não pode ser realizada em imóvel particular.
 - (E) reformar a sentença, uma vez que a prestação de serviços à comunidade não pode ser realizada em bem tombado.
98. O auto de infração ambiental é um ato administrativo
- (A) dotado de presunção absoluta de legalidade e relativa de veracidade.
 - (B) dotado de presunção relativa de legalidade e absoluta de veracidade.
 - (C) desprovido de presunção de veracidade.
 - (D) dotado de presunção relativa de legalidade e veracidade.
 - (E) dotado de presunção absoluta de legalidade e veracidade.
99. Determinado Estado adotou todas as providências administrativas necessárias para a construção de uma rodovia que ligará sua capital a um município localizado a 150 km de distância. Uma Associação de Defesa do Meio Ambiente, regularmente constituída, ajuizou uma ação civil pública, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela para impedir o início das obras, diante da possibilidade demonstrada na petição inicial de extirpação de uma espécie da fauna ameaçada de extinção. Neste contexto, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela deverá ser
- (A) indeferido pela ausência de previsão legal para este tipo de pedido na lei da ação civil pública.
 - (B) deferido com base no Princípio da Prevenção, na reversibilidade do provimento e nos elementos trazidos com a petição inicial.
 - (C) indeferido e a ação julgada extinta, sem resolução de mérito, diante da ilegitimidade de parte no polo ativo.
 - (D) deferido, uma vez que o pedido de antecipação dos efeitos da tutela feito em ação civil pública de natureza ambiental deve, por lei, ser acolhido.
 - (E) indeferido com fundamento no Princípio do Usuário Pagador.
100. O auditor contratado por uma indústria petroquímica apurou, por meio de seu trabalho, conduta da empresa, ordenada por seu diretor (representante contratual), tipificada como crime ambiental pela Lei Federal nº 9.605/98. Podendo agir para fazer cessar o crime ambiental, ficou-se inerte. Neste caso, a responsabilidade penal recairá
- (A) sobre a pessoa jurídica, o diretor da empresa e o auditor contratado.
 - (B) apenas sobre o auditor contratado.
 - (C) apenas sobre o diretor da empresa.
 - (D) somente sobre a pessoa jurídica.
 - (E) apenas sobre o diretor da empresa e a pessoa jurídica.